

Carlistas tentam retardar trabalhos 264

Aliados de Antonio Carlos montam estratégia para ganhar tempo

BRASÍLIA – O adiamento da entrega do relatório do senador Saturnino Braga (PSB-RJ) favoreceu a primeira manobra dos aliados do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), para protelar a conclusão do processo que poderá resultar na cassação de ACM e do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF). Os políticos baianos têm outra estratégia para atrasar a conclusão dos trabalhos: anunciar que os integrantes do Conselho de Ética, que manifestarem seus votos, poderão ser impugnados na hora de votar o relatório. Ainda faz parte das articulações mostrar que ACM e Arruda cometeram crimes diferentes e, portanto, merecem punições distintas.

“Estamos diante de uma estratégia de ACM que quer adiar o processo para o segundo semestre, a fim de que o tema caia no esquecimento”, denunciou o senador Antero de Barros (PSDB-MT), inimigo do baiano. “Não vamos admitir estratégias mas as regras

básicas terão de ser cumpridas”, reconheceu o presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ao considerar legal a manobra do senador Waldeck Ornéllas (PFL-BA), de pedir verificação de quórum na sessão de quinta-feira do conselho, adiando a conclusão dos trabalhos de investigação.


Para evitar que problemas como esses se repitam, Tebet confidenciou a auxiliares que, no fim de semana, vai pedir a todos os integrantes do conselho que estejam presentes nas próximas reuniões.

Tebet acha que, fatalmente o processo se estenderá para o segundo semestre, mas considera difícil o assunto sair da mídia, como gostariam os pefelistas. “Esse assunto só esvazia se houver um fato novo no Senado”, comentou com assessores.

O senador Ornéllas nega que estivesse usando uma estratégia. “Não é manobra nenhuma, foi apenas uma ponderação sensata, porque não é possível se votar nada em um conse-

lho com 16 membros onde só cinco estavam presentes”, explicou o senador. “Não posso aceitar que o Conselho de Ética queira agir informalmente, pois não pode ter quórum no papel e não ter de fato. Quem quiser votar que fique trabalhando até o final da sessão”, defendeu. “O Conselho de Ética precisa dar o exemplo.”

ACM endossou as palavras do aliado. “Só tinha adversários meus me atacando e me indagando e o conselho precisa estar completo para trabalhar.”

BJETIVO É
REDUZIR
PRESSÃO POR
CASSAÇÃO

Direitos – O senador Jefferson Péres (PDT-AM) considera normal que os políticos baianos tentem medidas protelatórias para salvar seu aliado. Ele acha que adiar o julgamento pode beneficiar ACM porque certamente diminuirá a pressão. “É direito deles”, avisou Péres que rechaça, no entanto, a tentativa de impedir que os senadores falem. “Não queiram confundir parlamento com tribunal de Justiça. Aqui no Senado, o processo é político, em toda a sua tramita-

ção”, afirmou. “Não podemos ter as restrições de um juiz”, acrescentou, lembrando que políticos devem satisfação à opinião pública.

Os aliados de ACM gostariam mesmo que Arruda renunciasse ao seu mandato. Aham que assim ficaria mais fácil “salvar” o senador baiano, já que garantem que ele não ordenou a violação do painel e só não tomou providências, quando soube do ilícito, para não permitir que a votação da cassação de Luiz Estevão fosse anulada. “Foi uma razão de Estado”, alegou ACM.

Para tentar embaralhar ainda mais o processo, houve parlamentar que até chegou a dizer que nesse processo também poderia ser envolvido o senador José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, por omissão. Lembram tais parlamentares que ele foi informado por ACM de como teria votado a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e não tomou providências.